



- **PENAL**
- **PROCESSO PENAL**
- **LEIS ESPECIAIS**

SÚMULAS MAPEADAS

DANNIEL TRINDADE

**Editora⁺
DpN⁺⁺**



BOAS-VINDAS



Seja muito bem-vindo(a) ao Método Direito para Ninjas!

Estamos entusiasmados e honrados em tê-lo(a) conosco nesta jornada que transformará a sua preparação para concursos jurídicos. Ao ingressar neste seletivo grupo, você dá um passo decisivo rumo à conquista de uma das carreiras jurídicas mais prestigiadas da República.

Ter em mãos este Mapeado exclusivo é mais do que um material de estudo; é o seu passaporte para acumular aprovações e alcançar a tão sonhada posse na carreira jurídica dos seus sonhos. Este momento marca o início de uma trajetória mais rápida, eficiente e focada, que permitirá que você supere os concorrentes com menos esforço, mais estratégia e, claro, com tempo livre para aproveitar as outras áreas da sua vida.

Você acaba de fazer o melhor investimento na sua trajetória profissional, escolhendo o método mais inovador e eficaz já criado para as Carreiras Jurídicas. Mentalize sua aprovação, visualize sua conquista, porque este será o seu ano!

Lembre-se: o universo começa na mente. Acredite em sua capacidade, confie no Método DPN e prepare-se para colher os frutos do seu esforço direcionado.

Estamos ao seu lado em cada passo dessa jornada. Parabéns por sua escolha e sucesso!

Com entusiasmo,

Coordenador do DPN



LEGENDAS

Querido(a) aluno(a), antes de iniciar o estudo, peço que se atente para o significado das legendas do Dpn. Elas funcionam da seguinte forma:

- » Artigos e leis relacionadas com o dispositivo.
-  Súmulas e Jurisprudências relacionadas com o dispositivo que já caíram em provas.
-  Dicas, frases de prova, conceitos, classificações, exceções, divergências, etc.
-  Enunciado caiu no ENAM – Exame Nacional da Magistratura.
-  Enunciado caiu na Magistratura.
-  Enunciado caiu no Ministério Público.
-  Enunciado caiu na Procuradoria e AGU.
-  Enunciado caiu na Defensoria Pública.
-  Enunciado caiu para Delegado de Polícia.
-  Enunciado caiu no Cartório de Notas e Registros.
-  Enunciado caiu no Exame da OAB.

Lembre-se que todos os mapeamentos são clicáveis para você saber exatamente como o enunciado foi cobrado no Concurso ou na OAB.

Bons estudos!





SÚMULAS DE DIREITO PENAL MAPEADAS

APLICAÇÃO DA PENA

Súmula Vinculante 59-STF

É impositiva a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria, observados os requisitos do artigo 33, § 2º, "c", e do artigo 44, ambos do Código Penal. (Aprovada em 19/10/2023)

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FGV – 2024 – TJ-PE – Magistratura Estadual.
- FGV – 2024 – TJ-SC – Magistratura Estadual.

Súmula 171-STJ

Cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativa de liberdade e pecuniária, é defeso a substituição da prisão por multa.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- AACP – 2022 – PC-GO – Delegado de Polícia.

Súmula 231-STJ

A incidência da circunstância atenuante **não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.**

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FGV – 2024 – ENAM I (Reaplicação).
- FAURGS – 2022 – TJ-RS – Magistratura Estadual.
- FGV – 2022 – TJ-SC – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2019 – TJ-PA – Magistratura Estadual.
- FCC – 2015 – TJ-GO – Magistratura Estadual.
- TJ-SC – 2010 – TJ-SC – Magistratura Estadual.
- FAPEC – 2024 – MPE-MS – Ministério Público.



- ✓ MPE-SP – 2022 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ MPE-RS – 2012 – MPE-RS – Ministério Público.
- ✓ MPE-SP – 2010 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ MPE-SP – 2006 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ MPE-SP – 2005 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ MPE-SP – 2005 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ CESPE – 2018 – PF – Delegado Federal.
- ✓ FGV – 2017 – OAB – Exame de Ordem XXII.
- ✓ FGV – 2015 – OAB – Exame de Ordem XVII.

Súmula 241-STJ

A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✓ FGV – 2022 – TJ-SC – Magistratura Estadual.
- ✓ VUNESP – 2023 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ MPE-SP – 2022 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ FCC – 2019 – MPE-MT – Ministério Público.
- ✓ MPE-SP – 2005 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ FGV – 2021 – PC-RN – Delegado de Polícia.

Súmula 269-STJ

É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a 4 (quatro) anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✓ VUNESP – 2024 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- ✓ CESPE – 2023 – TJ-DFT – Magistratura Estadual.
- ✓ VUNESP – 2017 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- ✓ CESPE – 2015 – TJ-PB – Magistratura Estadual.
- ✓ FCC – 2015 – TJ-AL – Magistratura Estadual.



- FCC – 2015 – TJ-PI – Magistratura Estadual.
- FCC – 2015 – TJ-PE – Magistratura Estadual.
- FGV – 2013 – TJ-AM – Magistratura Estadual.
- FCC – 2009 – TJ-GO – Magistratura Estadual.
- MP-DFT – 2021 – MP-DFT – Ministério Público.
- FUNDEP – 2017 – MPE-MG – Ministério Público.
- FCC – 2023 – DPE-ES – Defensoria Pública.

Súmula 440-STJ

Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- VUNESP – 2024 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- FAURGS – 2022 – TJ-RS – Magistratura Estadual.
- VUNESP – 2017 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- FCC – 2012 – TJ-GO – Magistratura Estadual.
- MPE-SP – 2022 – MPE-SP – Ministério Público.
- CESPE – 2021 – MPE-SC – Ministério Público.
- CESPE – 2023 – PGE-SE – Procuradoria Estadual.
- FCC – 2021 – DPE-RR – Defensoria Pública.

Súmula 444-STJ

É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FAURGS – 2022 – TJ-RS – Magistratura Estadual.
- TRF-4 – 2022 – TRF-4 – Magistratura Federal.
- FUNDEP – 2023 – DPE-MG – Defensoria Pública.
- FCC – 2011 – DPE-RS – Defensoria Pública.
- CESPE – 2018 – PF – Delegado Federal.
- FGV – 2015 – OAB – Exame de Ordem XVII.



✓ FGV – 2011 – OAB – Exame de Ordem IV.

Súmula 493-STJ

É inadmissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição especial ao regime aberto.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✓ FGV – 2024 – TJ-SC – Magistratura Estadual.
- ✓ CESPE – 2016 – TJ-DFT – Magistratura Estadual.
- ✓ CESPE – 2014 – TJ-DFT – Magistratura Estadual.

Súmula 545-STJ

Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✓ FGV – 2024 – TJ-PE – Magistratura Estadual.
- ✓ FCC – 2019 – TJ-AL – Magistratura Estadual.
- ✓ MPE-SP – 2022 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ CESPE – 2022 – MPE-AC – Ministério Público.
- ✓ FGV – 2022 – MPE-GO – Ministério Público.
- ✓ MP-DFT – 2021 – MP-DFT – Ministério Público.
- ✓ MPE-GO – 2019 – MPE-GO – Ministério Público.
- ✓ FCC – 2023 – DPE-ES – Defensoria Pública.
- ✓ FUNDEP – 2023 – DPE-MG – Defensoria Pública.
- ✓ FCC – 2022 – DPE-PB – Defensoria Pública.
- ✓ CESPE – 2019 – DPE-DF – Defensoria Pública.
- ✓ FGV – 2021 – OAB – Exame de Ordem XXXII.

Súmula 630-STJ

A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio.



Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FGV – 2022 – TJ-AP – Magistratura Estadual.
- FCC – 2019 – TJ-AL – Magistratura Estadual.
- MPE-RS – 2023 – MPE-RS – Ministério Público.
- AOCF – 2022 – MPE-MS – Ministério Público.
- MPE-SP – 2022 – MPE-SP – Ministério Público.
- CESPE – 2021 – MPE-SC – Ministério Público.
- FCC – 2022 – DPE-PB – Defensoria Pública.
- CESPE – 2022 – PC-PB – Delegado de Polícia.
- CONSULPLAN – 2021 – TJ-MS – Cartório Notas e Registros.

Súmula 631-STJ

O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.

Nota Rápida:

 O indulto é concedido mediante decreto do presidente da República, podendo extinguir pena ou medida de segurança.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FGV – 2024 – ENAM I.
- FGV – 2023 – TJ-GO – Magistratura Estadual.
- FGV – 2023 – TJ-MS – Magistratura Estadual.
- FCC – 2019 – TJ-AL – Magistratura Estadual.
- MPE-SP – 2022 – MPE-SP – Ministério Público.
- MPE-PR – 2021 – MPE-PR – Ministério Público.
- CESPE – 2020 – MPE-CE – Ministério Público.
- FCC – 2022 – DPE-MT – Defensoria Pública.
- FGV – 2021 – DPE-RJ – Defensoria Pública.
- AOCF – 2021 – PC-PA – Delegado de Polícia.

Súmula 636-STJ



A folha de antecedentes criminais é documento suficiente a comprovar os maus antecedentes e a reincidência.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- VUNESP – 2024 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- FCC – 2019 – TJ-AL – Magistratura Estadual.
- FAPEC – 2024 – MPE-MS – Ministério Público.
- VUNESP – 2023 – MPE-SP – Ministério Público.
- CONSULPLAN – 2021 – TJ-MS – Cartório Notas e Registros.

Súmula 643-STJ

A execução da pena restritiva de direitos **depende** do trânsito em julgado da condenação.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FGV – 2024 – TJ-SC – Magistratura Estadual.
- FCC – 2021 – TJ-GO – Magistratura Estadual.
- PGR – 2022 – PGR – Ministério Público Federal.
- CESPE – 2023 – PGE-SE – Procuradoria Estadual.
- CESPE – 2023 – DPE-RO – Defensoria Pública.
- CESPE – 2022 – DPE-SE – Defensoria Pública.
- FCC – 2022 – DPE-MT – Defensoria Pública.

Súmula 659-STJ

A fração de aumento em razão da prática de crime continuado deve ser fixada de acordo com o número de delitos cometidos, aplicando-se 1/6 pela prática de duas infrações, 1/5 para três, 1/4 para quatro, 1/3 para cinco, 1/2 para seis e 2/3 para sete ou mais infrações. (3ª Seção, julgado em 13/09/2023, DJe 08/09/2023)

Súmula 718-STF

A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FAURGS – 2022 – TJ-RS – Magistratura Estadual.



- VUNESP – 2017 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2015 – TJ-PB – Magistratura Estadual.
- VUNESP – 2015 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- FGV – 2013 – TJ-AM – Magistratura Estadual.
- FCC – 2012 – TJ-GO – Magistratura Estadual.
- FCC – 2009 – TJ-GO – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2021 – MPE-SC – Ministério Público.
- FCC – 2019 – MPE-MT – Ministério Público.
- FCC – 2019 – DPE-SP – Defensoria Pública.

Súmula 719-STF

A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FAURGS – 2022 – TJ-RS – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2015 – TJ-PB – Magistratura Estadual.
- FMP – 2014 – TJ-MT – Magistratura Estadual.
- FCC – 2012 – TJ-GO – Magistratura Estadual.
- FCC – 2009 – TJ-GO – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2021 – MPE-SC – Ministério Público.

CONCURSO DE CRIMES

Súmula 497-STF

Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.

Dispositivo Relacionado:

- » Art. 119 do CP.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- CESPE – 2023 – TJ-DFT – Magistratura Estadual.



- ✔ TRF-3 – 2022 – TRF-3 – Magistratura Federal.
- ✔ MPE-RS– 2014 – MPE-RS – Ministério Público.
- ✔ MPE-SP – 2005 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✔ MPE-SP – 2005 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✔ FUNDEP – 2023 – DPE-MG – Defensoria Pública.
- ✔ FCC – 2022 – DPE-CE – Defensoria Pública.
- ✔ CESPE – 2019 – DPE-DF – Defensoria Pública.
- ✔ AOCF – 2021 – PC-PA – Delegado de Polícia.

Súmula 605-STF (superada)

Não se admite continuidade delitiva nos crimes contra a vida.

Dica clássica:

 **Admite-se continuidade delitiva nos crimes contra a vida?** Sim. Após a reforma da Parte Geral do Código Penal em 1984, pela Lei 7.209, passou-se a admitir, expressamente, a continuidade delitiva nos crimes contra a vida, nos termos do parágrafo único do artigo 71 do Código Penal. Está superado o enunciado da Súmula 605 do Supremo Tribunal Federal que previa que não se admite continuidade delitiva nos crimes contra a vida. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, o Código Penal determina, expressamente, no parágrafo único de seu artigo 71, seja aplicada a continuidade delitiva também nos crimes dolosos contra a vida. Essa norma, resultado da reforma penal de 1984, é posterior à edição da Súmula 605, que vedava o reconhecimento da continuidade delitiva nos crimes contra a vida.

Jurisprudência em Destaque:

 **Superação da Súmula 605 após a reforma penal de 1984:** O Código Penal determina, expressamente, no parágrafo único de seu artigo 71, seja aplicada a continuidade delitiva também nos crimes dolosos contra a vida. Essa norma, resultado da reforma penal de 1984, é posterior à edição da Súmula 605-STF, que vedava o reconhecimento da continuidade delitiva nos crimes contra a vida. (STF. 2ª Turma. HC 93367, Rel. Min. Eros Grau, julgado em 11/03/2008)

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✔ CESPE – 2016 – TJDFT – Magistratura Federal.
- ✔ FCC – 2015 – TJ-GO – Magistratura Estadual.
- ✔ FCC – 2009 – TJ-GO – Magistratura Estadual.
- ✔ FGV – 2018 – OAB – Exame de Ordem XXVI.

Súmula 711-STF



A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- TRF-3 – 2022 – TRF-3 – Magistratura Federal.
- CESPE – 2022 – TJ-MA – Magistratura Estadual.
- VUNESP – 2019 – TJ-AC – Magistratura Estadual.
- VUNESP – 2019 – TJ-RO – Magistratura Estadual.
- TRF-2 – 2017 – TRF-2 – Magistratura Federal.
- VUNESP – 2015 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2014 – TJ-DFT – Magistratura Estadual.
- FMP – 2014 – TJ-MT – Magistratura Estadual.
- VUNESP – 2014 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- VUNESP – 2013 – TJ-RJ – Magistratura Estadual.
- TRF-4 – 2010 – TRF-4 – Magistratura Federal.
- FCC – 2009 – TJ-GO – Magistratura Estadual.
- FAPEC – 2024 – MPE-MS – Ministério Público.
- CONSULPLAN – 2024 – MPE-SC – Ministério Público.
- PGR – 2022 – PGR – Ministério Público Federal.
- CESPE – 2022 – MPE-AC – Ministério Público.
- AOCP – 2023 – MPE-RR – Ministério Público.
- MPE-SP – 2019 – MPE-SP – Ministério Público.
- MPE-SP – 2019 – MPE-SP – Ministério Público.
- MPE-MS – 2018 – MPE-MS – Ministério Público.
- FUNDEP – 2018 – MPE-MG – Ministério Público.
- MPE-SC – 2012 – MPE-SC – Ministério Público.
- MPE-MS – 2011 – MPE-MS – Ministério Público.
- VUNESP – 2008 – MPE-SP – Ministério Público.
- CESPE – 2024 – DPE-AC – Defensoria Pública.
- CESPE – 2022 – DPE-RS – Defensor Público.
- FCC – 2016 – DPE-ES – Defensoria Pública.



- ✓ FMP – 2015 – DPE-PA – Defensoria Pública.
- ✓ VUNESP – 2014 – DPE-MS – Defensoria Pública.
- ✓ FCC – 2011 – DPE-RS – Defensoria Pública.
- ✓ FAPEC – 2021 – PC-MS – Delegado de Polícia.
- ✓ UEG – 2018 – PC-GO – Delegado de Polícia.
- ✓ CESPE – 2017 – PJC-MT – Delegado de Polícia.
- ✓ FUNIVERSA – 2015 – PC-DF – Delegado de Polícia.
- ✓ FGV – 2012 – PC-MA – Delegado de Polícia.
- ✓ FUNCAB – 2009 – PC-RO – Delegado de Polícia.
- ✓ FGV – 2020 – OAB – Exame de Ordem XXXI.
- ✓ FGV – 2017 – OAB – Exame de Ordem XXIV.
- ✓ FGV – 2014 – OAB – Exame de Ordem XIII.

CRIME IMPOSSÍVEL

Súmula 145-STF

Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✗ VUNESP – 2023 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✗ AOCP – 2022 – MPE-MS – Ministério Público.
- ✗ MPE-SC – 2013 – MPE-SC – Ministério Público.
- ✓ VUNESP – 2023 – PC-SP – Delegado de Polícia.
- ✓ AOCP – 2022 – PC-GO – Delegado de Polícia.
- ✓ CESPE – 2022 – PC-RJ – Delegado de Polícia.
- ✓ FGV – 2021 – PC-RN – Delegado de Polícia.
- ✓ VUNESP – 2018 – PC-SP – Delegado de Polícia.

Súmula 567-STJ

Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.



SÚMULAS DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MAPEADAS

ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

Súmula 448-STF

O prazo para o assistente recorrer, supletivamente, começa a correr imediatamente após o transcurso do prazo do Ministério Público.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FGV – 2023 – TJ-PR – Magistratura Estadual.
- AOCF – 2023 – MPE-RR – Ministério Público.
- FCC – 2022 – DPE-PB – Defensoria Pública.

Súmula 210-STF

O assistente do Ministério Público pode recorrer, inclusive extraordinariamente, na ação penal, nos casos dos artigos 584, § 1º e 598 do Código de Processo Penal.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FGV – 2023 – TJ-PR – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2019 – TJ-BA – Magistratura Estadual.
- AOCF – 2023 – MPE-RR – Ministério Público.
- CESPE – 2021 – MPE-AP – Ministério Público.

Súmula 208-STF (superada)

O assistente do Ministério Público não pode recorrer, extraordinariamente, de decisão concessiva de habeas corpus.

AÇÃO PENAL

Súmula 607-STF (superada)



Na ação penal regida pela Lei 4.611/1965, a denúncia, como substitutivo da Portaria, não interrompe a prescrição.

Súmula 601-STF (superada)

Os artigos 3º, II, e 55 da Lei Complementar 40/1981 (LOMP) não revogaram a legislação anterior que atribui a iniciativa para a ação penal pública, no processo sumário, ao juiz ou à autoridade policial, mediante portaria ou auto de prisão em flagrante.

Súmula 594-STF

Os direitos de queixa e de representação podem ser exercidos, independentemente, pelo ofendido ou por seu representante legal.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FGV – 2019 – OAB – Exame de Ordem XXVIII.

Súmula 396-STF (superada)

Para a ação penal por ofensa à honra, sendo admissível a exceção da verdade quanto ao desempenho de função pública, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que já tenha cessado o exercício funcional do ofendido.

Súmula 388-STF (cancelada)

O casamento da ofendida com quem não seja o ofensor faz cessar a qualidade do seu representante legal, e a ação penal só pode prosseguir por iniciativa da própria ofendida, observados os prazos legais de decadência e preempção.

Súmula 542-STJ

A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FGV – 2024 – TJ-SC – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2023 – TJ-DFT – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2019 – TJ-SC – Magistratura Estadual.



- FAURGS – 2016 – TJ-RS – Magistratura Estadual.
- AOCP – 2023 – MPE-RR – Ministério Público.
- CESPE – 2023 – MPE-BA – Ministério Público.
- FCC – 2019 – MPE-MT – Ministério Público.
- FUNDEP – 2017 – MPE-MG – Ministério Público.
- MPE-SP – 2015 – MPE-SP – Ministério Público.
- CESPE – 2022 – DPE-TO – Defensoria Pública.
- FCC – 2022 – DPE-AP – Defensoria Pública.
- AOCP – 2022 – PC-GO – Delegado de Polícia.
- FGV – 2022 – OAB – Exame de Ordem XXXIV.
- FGV – 2021 – OAB – Exame de Ordem XXXII.
- FGV – 2018 – OAB – Exame de Ordem XXVII.
- FGV – 2018 – OAB – Exame de Ordem XXVI.
- FGV – 2017 – OAB – Exame de Ordem XXIII.
- FGV – 2014 – OAB – Exame de Ordem XIII.

Súmula 234-STJ

A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FGV – 2022 – TJ-SC – Magistratura Estadual.
- FGV – 2022 – TJ-MG – Magistratura Estadual.
- MP-DFT – 2021 – MP-DFT – Ministério Público.
- MPE-RS – 2021 – MPE-RS – Ministério Público.
- MPE-SC – 2014 – MPE-SC – Ministério Público.
- CESPE – 2019 – DPEDF – Defensoria Pública.
- FMP – 2015 – DPE-PA – Defensoria Pública.
- AOCP – 2022 – PC-GO – Delegado de Polícia.
- FUNCAB – 2009 – PC-RO – Delegado de Polícia.



CITAÇÃO

Súmula 366-STF

Não é nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FCC – 2019 – TJ-AL – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2019 – TJ-PA – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2015 – DPU – Defensoria Federal.

Súmula 351-STF

É nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FUNDEP – 2019 – MPE-MG – Ministério Público.
- CONSULPLAN – 2018 – TJ-MG – Magistratura Estadual.
- MPE-SP – 2017 – MPE-SP – Ministério Público.
- CESPE – 2015 – DPU – Defensoria Federal.
- CESPE – 2022 – PC-PB – Delegado de Polícia.
- FGV – 2016 – OAB – Exame de Ordem XXI.

Súmula 455-STJ

A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no artigo 366 do Código de Processo Penal deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FCC – 2019 – TJ-AL – Magistratura Estadual.
- FGV – 2013 – TJ-AM – Magistratura Estadual.
- PGR – 2012 – PGR – Ministério Público Federal.
- MPE-MS – 2011 – MPE-MS – Ministério Público.
- FGV – 2022 – OAB – Exame de Ordem XXXIV.



Súmula 415-STJ

O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FCC – 2019 – TJ-AL – Magistratura Estadual.
- FGV – 2013 – TJ-AM – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2019 – MPE-PI – Ministério Público.
- FGV – 2023 – DPE-RJ – Defensoria Pública.
- CESPE – 2019 – DPE-DF – Defensoria Pública.
- CESPE – 2019 – DPE-DF – Defensoria Pública.
- FGV – 2016 – OAB – Exame de Ordem XX.

INTIMAÇÃO

Súmula 310-STF

Quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial terá início na segunda-feira imediata, salvo se não houver expediente, caso em que começará no primeiro dia útil que se seguir.

Súmula 155-STF

É relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FCC – 2019 – TJ-AL – Magistratura Estadual.

Súmula 273-STJ

Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.

Jurisprudência em Destaque:



 Não existe previsão legal, nos termos do artigo 222 do Código de Processo Penal, de intimação da data da audiência de oitiva da testemunha, cabendo ao defensor constituído ou nomeado acompanhar o trâmite da precatória perante o juízo deprecado, a fim de tomar conhecimento da data da audiência. (STJ. HC 57096 RJ, DJe 14/05/2007)

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- CESPE – 2019 – TJ-PA – Magistratura Estadual.
- MPE-SP – 2015 – MPE-SP – Ministério Público.
- MPE-SC – 2012 – MPE-SC – Ministério Público.
- FGV – 2016 – OAB – Exame de Ordem XIX.

CARTA PRECATÓRIA

Súmula 155-STF

É relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FCC – 2019 – TJ-AL – Magistratura Estadual.

Súmula 273-STJ

Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.

Jurisprudência em Destaque:

 Não existe previsão legal, nos termos do artigo 222 do Código de Processo Penal, de intimação da data da audiência de oitiva da testemunha, cabendo ao defensor constituído ou nomeado acompanhar o trâmite da precatória perante o juízo deprecado, a fim de tomar conhecimento da data da audiência. (STJ. HC 57096 RJ, DJe 14/05/2007)

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- CESPE – 2019 – TJ-PA – Magistratura Estadual.
- MPE-SP – 2015 – MPE-SP – Ministério Público.
- MPE-SC – 2012 – MPE-SC – Ministério Público.
- FGV – 2016 – OAB – Exame de Ordem XIX.



CONTAGEM DOS PRAZOS

Súmula 710-STF

No processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- VUNESP – 2023 – TJ-RJ – Magistratura Estadual.
- FGV – 2022 – TJ-PE – Magistratura Estadual.
- MPE-SP – 2022 – MPE-SP – Ministério Público.
- MPE-RS – 2014 – MPE-RS – Ministério Público.
- CESPE – 2013 – PG-DF – Procuradoria do DF.
- CESPE – 2022 – DPE-RS – Defensoria Pública.
- CESPE – 2022 – PC-PB – Delegado de Polícia.
- FGV – 2019 – OAB – Exame de Ordem XXX.
- FGV – 2017 – OAB – Exame de Ordem XXII.

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

Súmula vinculante 36-STF

Compete à Justiça Federal Comum processar e julgar civil denunciado pelos crimes de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar de falsificação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) ou de Carteira de Habilitação de Arrais Amador (CHa), ainda que expedidas pela Marinha do Brasil.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- FCC – 2019 – TJ-AL – Magistratura Estadual.

Súmula 91-STJ (cancelada)

Compete a justiça federal processar e julgar os crimes praticados contra a fauna.

 Atualmente, compete, em regra, à Justiça Estadual processar e julgar os crimes praticados contra a fauna.

Súmula 122-STJ



SÚMULAS DE LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL MAPEADAS

DEC.-LEI 3.688/1941: CONTRAVENÇÕES PENAIS

Súmula 51-STJ

A punição do intermediador, no jogo do bicho, **independe da identificação do apostador ou do banqueiro.**

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- VUNESP – 2008 – MPE-SP – Ministério Público.
- FMP – 2008 – MPE-MT – Ministério Público.
- CESPE – 2018 – PC-SE – Delegado de Polícia.

Súmula 362-STF (superada)

A condição de ter o clube sede própria para a prática de jogo lícito não o obriga a ser proprietário do imóvel em que tem sede.

DEC.-LEI 201/1967: CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITOS

Súmula 164-STJ

O prefeito municipal, após a extinção do mandato, continua sujeito a processo por crime previsto no artigo 1º do Decreto-Lei 201/1967.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- MPE-SP – 2022 – MPE-SP – Ministério Público.
- MPE-RS – 2016 – MPE-RS – Ministério Público.
- MPE-SC – 2014 – MPE-SC – Ministério Público.

Súmula 301-STF (superada)

Por crime de responsabilidade, o procedimento penal contra Prefeito Municipal fica condicionado ao seu afastamento do cargo por impeachment, ou à cessação do exercício por outro motivo.

Nota Rápida:



👤 Hoje o entendimento é no sentido de que, por crime de responsabilidade, o procedimento penal contra o Prefeito Municipal não fica condicionado ao seu afastamento do cargo por impeachment, ou à cessação do exercício por outro motivo.

Súmula 703-STF

A extinção do mandato do prefeito **não impede** a instauração de processo pela prática dos crimes previstos no artigo 1º do Decreto-Lei 201/1967.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✔️ CESPE – 2023 – MPE-BA – Ministério Público.
- ✔️ AOCF – 2022 – MPE-MS – Ministério Público.
- ✔️ MPE-SP – 2022 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✔️ MPE-RS – 2016 – MPE-RS – Ministério Público.
- ✔️ MPE-SC – 2014 – MPE-SC – Ministério Público.
- ✔️ VUNESP – 2022 – PC-SP – Delegado de Polícia.
- ✔️ CESPE – 2017 – PC-GO – Delegado de Polícia.

DEC.-LEI 898/1969: ANTIGA LEI DOS CRIMES DE LESA PÁTRIA

Súmula 558-STF (superada)

É constitucional o artigo 27 do Decreto-Lei 898/1969.

Nota Rápida:

- 📄 O Decreto-Lei 898/69, que previa os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, foi revogado pela Lei 6.620/78, que posteriormente também foi revogada pela Lei 7.170/83. Hoje, portanto, os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estão previstos na Lei 7.170/83. Vale lembrar que os crimes contra a segurança nacional são também chamados de crimes de lesa pátria.

LEI 8.069/1990: CRIMES DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Súmula 500-STJ

A configuração do crime do artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.



Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- CESPE – 2023 – TJ-DFT – Magistratura Estadual.
- VUNESP – 2018 – TJ-RS – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2017 – TJ-PR – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2016 – TJ-DFT – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2015 – TJ-DFT – Magistratura Estadual.
- FCC – 2015 – TJ-GO – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2012 – TJ-PI – Magistratura Estadual.
- MPE-SP – 2019 – MPE-SP – Ministério Público.
- MPE-GO – 2019 – MPE-GO – Ministério Público.
- MPE-RS – 2017 – MPE-RS – Ministério Público.
- MPE-SP – 2017 – MPE-SP – Ministério Público.
- FAPEC – 2015 – MPE-MS – Ministério Público.
- FCC – 2018 – DPE-AP – Defensoria Pública.
- VUNESP – 2017 – DPE-RO – Defensoria Pública.
- FAPEC – 2021 – PC-MS – Delegado de Polícia.
- CESPE – 2016 – PC-PE – Delegado de Polícia.
- FGV – 2017 – OAB – Exame de Ordem XXII.
- FGV – 2017 – OAB – Exame de Ordem XXII.
- FGV – 2016 – OAB – Exame de Ordem XIX.

Súmula 669-STJ

O fornecimento de bebida alcoólica a criança ou adolescente, após o advento da Lei 13.106, de 17 de março de 2015, configura o crime previsto no artigo 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente. (3ª Seção, julgado em 12/06/2024, DJe de 17/06/2024)

Nota Rápida:

-  O artigo 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente tipifica a conduta do agente que vende, fornece, serve, ministra ou entrega, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, com pena de detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.



LEI 8.072/1990: CRIMES HEDIONDOS E EQUIPARADOS

Súmula 471-STJ

Os condenados por crimes hediondos ou assemelhados cometidos antes da vigência da Lei 11.464/2007, sujeitam-se ao disposto no artigo 112 da Lei 7.210/1984 para a progressão de regime prisional.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

-  FCC – 2018 – DPE-AP – Defensoria Pública.
-  FGV – 2013 – OAB – Exame de Ordem X.

Súmula 697-STF (superada)

A proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos não veda o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo.

Súmula 698-STF (superada)

Não se estende aos demais crimes hediondos, a admissibilidade de progressão no regime de execução da pena aplicada ao crime de tortura.

LEI 8.137/1990: CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

Súmula vinculante 24-STF

Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no artigo 1º, I a IV, da Lei 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.

Nota Rápida:

-  Somente há justa causa para a persecução penal pela prática de crime material previsto no artigo 1º da Lei 8.137/1990 com o advento do lançamento definitivo do crédito tributário.

Jurisprudência em Destaque:

-  **Crime de descaminho. Crime formal.** Desnecessidade da constituição definitiva do tributo para a consumação do delito e o início da persecução penal. (STF. 2ª Turma. HC 122325, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 27/05/2014)
-  **Mitigação da súmula vinculante 24:** Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no artigo 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo. A regra contida na súmula vinculante 24 pode ser mitigada



de acordo com as peculiaridades do caso concreto, sendo possível o início da persecução penal antes de encerrado o procedimento administrativo, nas seguintes situações: (i) embaraço à fiscalização tributária; ou (ii) indícios da prática de outros delitos, de natureza não fiscal (STF. 1ª Turma. ARE 936653-AgR, Rel. Min Roberto Barroso, julgado em 24/05/2016). (STJ. 5ª Turma. RHC 134016-TO, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 23/03/2021)

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- CESPE – 2023 – TJ-DFT – Magistratura Estadual.
- VUNESP – 2016 – TJ-RJ – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2016 – TJ-DFT – Magistratura Estadual.
- CESPE – 2011 – TRF-1 – Magistratura Federal.
- IBGP – 2024 – MPE-MG – Ministério Público.
- VUNESP – 2024 – MPE-RO – Ministério Público.
- VUNESP – 2024 – MPE-RJ – Ministério Público.
- CESPE – 2023 – MPE-PA – Ministério Público.
- MPE-SP – 2019 – MPE-SP – Ministério Público.
- FCC – 2019 – MPE-MT – Ministério Público.
- MPE-SC – 2013 – MPE-SC – Ministério Público.
- CESPE – 2023 – PGE-SE – Procuradoria Estadual.
- CESPE – 2023 – PGE-RR – Procuradoria Estadual.
- FGV – 2022 – PC-AM – Delegado de Polícia.
- FGV – 2021 – PC-RN – Delegado de Polícia.
- FGV – 2017 – OAB – Exame de Ordem XXII.

Súmula 609-STF

É pública incondicionada a ação penal por crime de sonegação fiscal.

Onde este enunciado foi cobrado? (clique para ver a questão):

- TJ-SC – 2010 – TJ-SC – Magistratura Estadual.
- MPE-SC – 2013 – MPE-SC – Ministério Público.

LEI 9.503/1997: CRIMES DE TRÂNSITO